

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer informações acerca dos motivos do contingenciamento de 30% das dotações orçamentárias anuais da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), posteriormente estendidos a todas as universidades e institutos federais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos motivos do contingenciamento de 30% das dotações orçamentárias anuais da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), posteriormente estendidos a todas as universidades e institutos federais, nos seguintes termos:

1. Quais manifestações ocorreram nas universidades inicialmente citadas pelo ministro (UFF, UFBA e UnB), para justificar o corte de recursos?
2. Considerando que os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, como as universidades afetadas arcarão com tais despesas? Há previsão de impacto ou prejuízo, inclusive financeiro, decorrente de atraso no descumprimento de contratos ou reflexo na manutenção de equipamentos ou cuidado adequado com material perecível destinado à pesquisa?

3. Qual o montante de receitas próprias geradas pelas universidades federais mencionadas - UFF, UFBA e UnB - gerados por meio de prestação de serviços, convênios, receitas de capital, etc., nos exercícios de 2014 a 2018?
4. Qual volume de recursos próprios arrecadados pelas universidades foi revertido integralmente para seus orçamentos? Discriminar por universidade e exercício financeiro
5. Quais os critérios técnicos e objetivos que justificam o contingenciamento de recursos dessas instituições?
6. Quais indicadores de desempenho das três universidades citadas, objetivamente não estariam de acordo com os padrões esperados pelo MEC? Há relatório, registro ou avaliação de tais indicadores? Em caso afirmativo, solicitamos a respectiva cópia.
7. Houve consulta, oitiva ou manifestação do Conselho Nacional de Educação, em relação aos cortes anunciados?
8. Para definição dos cortes no Ministério da Educação, houve orientação por parte do Ministério da Economia? Quais os parâmetros indicados?
9. Houve alguma reunião formal, entre representantes do MEC e das universidades mencionadas, ou encaminhamento de algum pedido de esclarecimento às instituições antes de se tomar a decisão de contingenciar os recursos?
10. Qual o volume de recursos, em valores constantes, considerada a efetiva execução orçamentária, destinado:
  - a) aos Institutos federais, de 2014 a 2018?
  - b) às universidades públicas federais, de 2014 a 2018?

11) Segundo informações, as rubricas relacionadas à Educação Básica tiveram o congelamento de R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta bloqueou 17% dos 125 milhões do orçamento autorizado. Quais os critérios técnicos para tais cortes?

12) Qual o montante de recursos bloqueados para compra de livros didáticos, aquisição de veículos escolares e ações de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos?

## JUSTIFICAÇÃO

A imprensa noticiou que o titular do Ministério da Educação (MEC) afirmou que "vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo "balbúrdia" em seu campus". Essa postura representa um duro ataque à autonomia das universidades, inclusive ferindo a liberdade de expressão de alunos, professores e de toda a comunidade acadêmica.

Cabe ao Parlamento zelar pela plena observação do princípio constitucional da autonomia universitária e pelos meios necessários ao cumprimento da missão da universidade, tal como definidos democrática e unanimemente pelo Congresso nacional, quando da aprovação do vigente Plano Nacional de Educação (PNE).

Tendo em vista que os cortes orçamentários efetuados pelo MEC comprometem sobremaneira o funcionamento e manutenção das universidades públicas, inviabilizando o tripé **ensino, pesquisa e extensão** como funções pelas quais a missão da universidade materializa, reiteramos o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY**